

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procurador-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 21 de outubro de 2016.

Edição nº 2013

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Súmulas de contratos.....	2
Avisos de licitações.....	3
Editais.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	5
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 60/2016

Dispõe sobre o Provimento 12/2000.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, em sessão ordinária de 05 de setembro de 2016, nos autos do PR.00771.00050/2014-1;

CONSIDERANDO a necessidade de redistribuir os serviços e atribuições da Promotoria de Justiça da Comarca de Farroupilha,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º As "Atribuições referentes aos feitos que tramitam nas Varas", do Anexo II, - Entrância Intermediária – Promotoria de Justiça da Comarca de Farroupilha, dos cargos de Promotor de Justiça, do Provimento 12/2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Farroupilha:

"Promotoria de Justiça:

"1º Promotor de Justiça: 1ª Vara Cível, Júri (todas as atividades inerentes à matéria do Júri), audiências da Lei Maria da Penha e metade dos feitos da violência doméstica correspondente aos números ímpares e Defesa Comunitária;

"2º Promotor de Justiça: 2ª Vara Cível, metade dos feitos da Lei Maria da Penha correspondente aos números pares e Infância e Juventude;

"3º Promotor de Justiça: Vara Criminal, exceto Júri e Lei Maria da Penha."

Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15/2016-PGJ

Dispõe sobre o expediente no Ministério Público no período de 09 de janeiro a 03 de março de 2017, e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE editar a seguinte Ordem de Serviço:

Art. 1º No período de 09 de janeiro a 03 de março de 2017, o horário de expediente nos setores administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça será o seguinte:

I - de segunda a quinta-feira: das 12h às 19h, de forma ininterrupta;

II - sexta-feira: das 8h às 15h, de forma ininterrupta, com intervalo para almoço de 30 minutos, mediante revezamento, a critério das chefias.

§ 1º Nos dias referidos, o registro do ponto eletrônico dar-se-á no início e no término da jornada de trabalho.

§ 2º Deverão ser mantidos, pelas chefias, plantões nos serviços considerados como essenciais.

Art. 2º Os Coordenadores das Procuradorias de Justiça poderão adotar o horário de funcionamento previsto no art. 1º, ficando ao seu critério o estabelecimento de regime de plantão.

Art. 3º Nas Promotorias de Justiça, poderá o Diretor da Promotoria adotar o horário de funcionamento disposto no art. 1º, mantendo-se, neste caso, cumprimento de horário em regime de revezamento entre os servidores durante o horário forense, e sem prejuízo das audiências já designadas.

§ 1º Adotado o horário previsto no art. 1º, o Diretor da Promotoria de Justiça deverá comunicar, antecipadamente, à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

§ 2º O regime de revezamento adotado deverá ser o adequado a garantir o pleno funcionamento da Promotoria de Justiça.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

EDITAL Nº 536/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Giruá indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de eventual ocorrência de irregularidades no concurso público do Município de Giruá/RS para o cargo de professor das séries iniciais. A respeito foi instaurado o expediente RD.00781.00083/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 537/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os representantes legais da empresa "Metalúrgica Abramo Eberle S.A", na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul promoveu o arquivamento do IC nº 00748.00011/2015, instaurado com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o processo de conservação no uso do bem para atividades culturais da cidade de Caxias do Sul/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.



EDITAL Nº 538/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, promoveu o arquivamento do IC nº 01203.00002/2015, instaurado com o objetivo de averiguar a ocorrência de possível irregularidades/ilegalidades envolvendo atos administrativos de movimentação na carreira de servidores na Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 539/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Marilene Ferreira de Araújo Pacheco, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude-Articulação/Proteção de Porto Alegre, promoveu o arquivamento do IC nº 01411.00019/2013, instaurado com o objetivo de averiguar as condições de funcionamento de Creche Comunitária, situada nesta Capital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 540/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Patrícia D'ávila da Silva, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude-Articulação/Proteção de Porto Alegre, promoveu o arquivamento do IC nº 00739.00036/2011, instaurado com o objetivo de apurar possível negligência por parte de Creche localizada no Município de Canoas/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 541/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Giruá indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de apurar possível ocorrência de irregularidades no concurso público para o cargo de professor de séries iniciais do Município de Giruá/RS. A respeito foi instaurado o expediente RD.01772.00003/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 542/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a

Promotoria de Justiça de Giruá indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de apurar a ocorrência de eventuais irregularidades na Lei Municipal n.º 58/2016, a qual autoriza criação e efetividade de cargos que atualmente são de contratação temporária junto ao Município de Giruá/RS. A respeito foi instaurado o expediente RD.00781.00146/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 543/2016 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Giruá indeferiu a instauração de Inquérito Civil, a cerca de apurar denúncia de possível irregularidade na Prefeitura Municipal de Giruá, a qual estaria mantendo servidor fantasma. A respeito foi instaurado o expediente RD.00781.00022/2015.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2016.

KARIN SOHNE GENZ,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO
DE COMPRA E VENDA UAJ Nº 068/2016
PROCESSO Nº 2487-09.00/15-0
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/15**

CONTRATADA: MOVELEIRA TAPEJARA LTDA.; **OBJETO:** acrescer, ao objeto do ajuste, os itens especificados no Anexo I; **VALOR TOTAL:** R\$ 131.970,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5214. **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alínea "b", e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE SERVIÇOS
DE ENGENHARIA UAJ Nº 136/2016
PROCESSO Nº 1638-09.00/16-1
CONVITE Nº 18/2016**

CONTRATADA: R&C CONSTRUÇÕES LTDA. – ME. **OBJETO:** contratação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para reforma parcial do prédio das Promotorias de Justiça de Canoas/RS, situada na Rua Lenine Nequete, nº 200; **VIGÊNCIA:** 11 (onze) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 95.777,49; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93, Código Civil Brasileiro, Lei Estadual nº 11.389/99 e demais Leis Estaduais pertinentes.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de outubro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2013

**SÚMULA DO 6º ADITIVO AO CONTRATO DE
 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AJDG Nº 142/2012
 PROCESSO Nº 2039-09.00/12-0
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2012**

CONTRATADA: DIPESUL VEÍCULOS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência contratual, por 12 (doze) meses, a contar de 19 de outubro de 2016, se regularizadas as Certidões de Tributos Estaduais e Municipais e o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ou por 4 (quatro) meses, caso não regularize; reajuste do valor da hora, a contar de 04 de setembro de 2016, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 meses, de 11,49%, passando a vigorar o valor de R\$ 137,09 (cento e trinta e sete reais e nove centavos); **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e cláusulas terceira, item 3.8, e sétima do contrato. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2016.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**REPUBLICAÇÃO DE SÚMULA DE COMPRAS
 REALIZADAS ATRAVÉS
 PROCESSO Nº 1143-0900/16-9
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/16**

Aquisição de materiais necessários para a manutenção na área de construção civil referente a Ata de Registro de Preços nº 73/16, decorrente do Pregão Eletrônico Nº 40/16, firmada com a empresa MILTON JOSÉ BOROSKI & CIA LTDA.-EPP conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Valor unitário
7	TINTA ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE COR CINZA OU GRAFITE, GALÃO 3,6 LITROS	2	41,78
12	SELADOR PARA MADEIRA LATA 3,6 LTS	3	40,00
13	ROLO ANTIRESPINGO LÃ DE CARNEIRO, 23CM COM CABO	12	9,90
14	ROLO ANTIRESPINGO LÃ DE CARNEIRO, 9CM COM CABO	6	6,50
15	ROLO DE ESPUMA, COM CABO 9 CM	2	2,30
16	ROLO DE ESPUMA, COM CABO 5 CM	6	1,70
17	PINCEL CERDAS GRIS (PARA PVA, ACRILICA) 2"	9	3,00
24	ESCOVA DE AÇO 3 FILAS	6	2,65
28	LIXA PARA MASSA CORRIDA GRÃO 100	150	0,44
29	LIXA PARA MASSA CORRIDA GRÃO 220	150	0,50
32	ADESIVO MONOCOMPONENTE DE POLIURETANO PU 36 TUBO 300ML	30	26,00
35	VEDA-CALHAS COR CINZA OU ALUMÍNIO TUBO 300ML	9	12,70
36	LONA PRETA, 150 MICRAS COM 4 METROS DE LARGURA METRO	150	4,34

VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO: R\$2.114,56;
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Provimentos PGJ/RS 40/2004 e 47/2006.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 19 de outubro de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

EDITAL N.º 180/2016

Resultado do Edital nº 169/2016
 REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE
 PROMOTORIA DE JUSTIÇA
 (DEMP 11/10/2016)

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00733/2016-4, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital nº 169/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de outubro de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,
 Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 181/2016

Resultado do Edital nº 170/2016
 REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL
 EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
 (DEMP 11/10/2016)

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00734/2016-2, encontra-se disponível na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/) o resultado da remoção referente ao Edital nº 170/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de outubro de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,
 Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 182/2016

Resultado do Edital nº 171/2016
 REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS
 (DEMP 11/10/2016)

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00736/2016-7, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital nº 171/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de outubro de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,
 Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 185/2016

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00725.00031/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Bom Jesus por Henrique Rech Neto - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus com a finalidade de OBJETO: EDIÇÃO DE LEIS MUNICIPAIS PARA CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS OU EXCEPCIONAIS EM DESACORDO COM AS HIPÓTESES DE PREVISÃO LEGAL Investigado: Município de Bom Jesus. Local do Fato: Bom Jesus.

IC 00770.00035/2012 aditado na Promotoria e Justiça Especializada de Estrela por Andrea Almeida Barros - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela com a finalidade de Investigar e promover a regularidade urbanística e fundiária do Loteamento Soul. Investigado: Município de Estrela/RS.

Local: Rua Germano Hasslocher, Bairro Oriental, Estrela/RS nvestigado: Município de Estrela. Local do Fato: Estrela.

PI 00829.00053/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre por José Guilherme Giacomuzzi - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre com a finalidade de Apurar eventual ilegalidade na ação do Sr. Rogério Tubino Dal Molin ao ser contratado como arquiteto da MAP Sports Ltda. para realização de projeto a fim de promover sua regularização perante a Secretaria Municipal de Urbanismo, enquanto membro suplente do Conselho do Plano Diretor de Porto Alegre Investigado: Rogério Tubino Dal Molin. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00865.00076/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria por Carlos Augusto Cardoso Moraes - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria com a finalidade de investigar possível improbidade administrativa consistente na utilização dos serviços dos servidores públicos municipais Luciano Ávila da Silva, Ivanir Goulart e Rodolfo Borges de Camargo Neto no seu consultório particular, praticada pelo Sr. Prefeito Municipal em exercício, José Haidar Farret, em Santa Maria. Investigados: Ivanir Goulart, José Haidar Farret, Luciano Ávila da Silva e Rodolfo Borges de Camargo Neto. Local do Fato: Santa Maria.

PI 00873.00014/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo por Hélder Müller Estivaleta - 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo com a finalidade de OBJETO: POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 45/2016 DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO/RS.

PARTE: MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO.

LOCAL: SANTO ÂNGELO/RS Investigado: Município de Santo Ângelo. Local do Fato: Santo Ângelo.

PI 00873.00015/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo por Hélder Müller Estivaleta - 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo com a finalidade de OBJETO: APURA DENÚNCIA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO/RS, NO QUE TANGE AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE MOTORISTA EM DESVIO DE FUNÇÃO E SEM AS CAPACITAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXERCÍCIO DO CARGO.

PARTE: MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO.

LOCAL: SANTO ÂNGELO/RS Investigado: Município de Santo Ângelo. Local do Fato: Santo Ângelo.

PI 00893.00014/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul por Cristiana Müller Chatkin - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul com a finalidade de Apurar possível captação de votos por meio de facilitação na obtenção de exames no Sistema Único de Saúde - SUS -, por parte do candidato a vereador pelo Município de São Lourenço do Sul/RS ALTAIR SOARES FONSECA ("Caco do Posto") Investigado: Altair Soares Fonseca. Local do Fato: São Lourenço do Sul.

IC 00922.00067/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana por Pablo da Silva Alfaro - 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana com a finalidade de Objeto: Apurar a queima de campo (agropastoril), sem a devida autorização de órgão ambiental, a reforma e/ou ampliação de barragem sem a devida licença ou autorização de órgão ambiental competente, a captação de água de três barragens da propriedade sem a outorga do órgão competente, bem como a utilização de poço tubular artesiano sem a respectiva outorga ou autorização ambiental, fatos ocorridos no estabelecimento rural denominado Estância Tarumã, situado na BR 290, Km 654, na localidade de Vertentes, interior do Município de Uruguaiana.

Investigado: Ricardo Oliveira de Oliveira, proprietário do estabelecimento.

Local do Fato: Uruguaiana/RS. Investigado: Ricardo Oliveira de Oliveira. Local do Fato: Uruguaiana.

PI 00949.00065/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa por Luziharin Carolina Tramontina - 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa com a finalidade de Apurar eventual irregularidade no serviço de transporte de doentes, via ambulâncias municipais, ante o excesso de passageiros transportados Investigado: Município de Capão da Canoa. Local do Fato: Capão da Canoa.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de Outubro de 2016.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR, Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público. De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO CRIMINAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

Inquérito Civil 01762.000.036/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GARIBALDI em 20/10/2016 por Paulo Adair Manjabosco com a finalidade de investigar festas rave na propriedade do Sr. Valdemar Bagatini, localizada às margens da Rodovia RST 453, Km 88,8, que vem causando demasiada e excessiva poluição sonora e consequente perturbação do sossego alheio na Comunidade São Roque Figueira de Mello



Investigado(s): CAO comunicado: CAO CRIMINAL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de Outubro de 2016.
LUCIANO VACCARO,
Coordenador do Cao Criminal.
De acordo,
FABIANO DALLAZEN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00949.00057/2015 aditado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa por Luziharin Carolina Tramontina - 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa com a finalidade de Averiguar ocorrência de poluição sonora oriunda da Igreja Assembléia de Deus Conservadora Caminhando com Cristo, localizada na Rua Divisória, nº 1401, Bairro Zona Nova, Capão da Canoa, de responsabilidade de Clairton da Rosa de Souza Investigado: Clairton da Rosa de Souza. Local do Fato: Capão da Canoa.

IC 00970.00013/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba por Raquel Isotton - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba com a finalidade de OBJETO: Investigar ocupação irregular próxima ao Marco Farroupilha.

INVESTIGADO: Município de Guaíba/RS.

LOCAL DOS FATOS: Guaíba/RS. Investigado não informado. Local do Fato: Guaíba.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de Outubro de 2016.

DÉBORA REGINA MENEGAT,
Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.
De acordo,
FABIANO DALLAZEN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO

INQUÉRITO CIVIL N.º 00728.00007/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por sua Promotora de Justiça signatária, com base no artigo 129, inciso III e § 3º, da Constituição da República, no artigo 111 da Constituição Estadual, no artigo 8º, §1º, da Lei Federal n.º 7.347/85, no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93, no artigo 32, inciso II, da Lei Estadual n.º 7.669/82, e no Provimento PGJ n.º 26/2008, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, ADITA a Portaria de Instauração do Inquérito Civil n.º 00728.00007/2016, com a finalidade de substituir o investigado, constando como tal o Sr. Getúlio da Silva e Silva, RG 4049961974, CPF n.º 651.972.750-49, residente na Rua Dionísio Marques, 871, Cachoeira do Sul.

Inquérito Civil 01762.0000.036/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GARIBALDI em 20/10/2016 por Paulo Adair Manjabosco com a finalidade de investigar festas rave na propriedade do Sr. Valdemar Bagatini, localizada às margens da Rodovia RST 453, Km 88,8, que vem causando demasiada e excessiva poluição sonora e conseqüente perturbação do sossego alheio na Comunidade São Roque Figueira de Mello

Investigado(s): CAO comunicado: CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

IC 00820.00205/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo por Paulo da Silva Cirne - 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo com a finalidade de DANOS À FAUNA - AVES SILVESTRES EM CATIVEIRO, NA LOCALIDADE DA RUA GOIAS, 85, NESTA CIDADE, PRÓXIMO À 13ª IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR, TENDO COMO INVESTIGADO DEOCLIDES DOS SANTOS CORREA, E COMO REQUERENTE O 3º BABM Investigado: Deoclides Dos Santos Correa. Local do Fato: Passo Fundo.

IC 00820.00206/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo por Paulo da Silva Cirne - 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo com a finalidade de EXERCÍCIO IRREGULAR DE ATIVIDADE - OFICINA DE CHAPEAÇÃO E RECUPERADORA DE VEÍCULOS, NA LOCALIDADE RUA MINAS GERAIS, 1465, NESTE MUNICÍPIO Investigado: David Dias Valença. Local do Fato: Passo Fundo.

IC 00820.00207/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo por Paulo da Silva Cirne - 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo com a finalidade de DANOS À FLORA - QUEIMADA E DANOS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NA LOCALIDADE DE PESSEGUIRO, S/N, NO MUNICÍPIO DE ERNESTINA Investigado: Osmar Hildeberto Schmidt. Local do Fato: Passo Fundo.

IC 00824.00158/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas por André Barbosa de Borba - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas com a finalidade de objeto: apurar eventual deficiência no serviço público de atendimento a animais domésticos vítimas de maus-tratos.

partes: investigado: Município de Pelotas.

local: Pelotas/RS Investigado: Município de Pelotas. Local do Fato: Pelotas.

IC 00833.00044/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre por Alexandre Sikinowski Saltz - 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre com a finalidade de Apurar poluição causada pelo Posto de Combustíveis Coronel Comércio de Combustíveis Ltda, localizado na Av. Cel Massot nº 875, Bairro Camaquã, nesta Capital Investigado: Coronel - Comércio de Combustíveis Ltda - Me. Local do Fato: Porto Alegre.

Inquérito Civil 01633.000.054/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE em 20/10/2016 por Josiane Superti Brasil Camejo com a finalidade de Despejo irregular de lixo e calça na Rua Graciliano Ramos, Bairro Jardim do Salso, nesta Capital

Investigado(s): CAO comunicado: CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Inquérito Civil 01633.000.343/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE em 20/10/2016 por Josiane Superti Brasil Camejo com a finalidade de Apurar poluição sonora e perturbação de sossego causadas pelas atividades de carga e descarga nas docas do Shopping Iguatemi. .

Investigado(s): Shopping Iguatemi. Local do Fato: Av. João Wallig, nesta Capital CAO comunicado: CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

IC 00914.00128/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Torres por Márcio Roberto Silva de Carvalho - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de investigar construção em área de preservação permanente (dunas terciárias), com realização de terraplanagem, sem autorização dos órgãos competentes.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2013

LOCAL: Rua Canoas, s/n, Bairro Balneário Sereia do Mar, Arroio do Sal/RS.

Investigado: Lorete Balbinot.

IC 00924.00024/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria por Luis Augusto Gonçalves Costa - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria com a finalidade de apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no emprego de fogo em vegetação nativa (queimada), atingindo uma área de 6,5 ha (seis vírgula cinco hectares), em área de preservação (banhado), sem autorização dos órgãos ambientais competentes, fato constatado no dia 21/09/2016, em local sob a responsabilidade do investigado, situado na Localidade denominada Estrada da Macena, interior do município de Vacaria (conforme Boletim de Ocorrência BM/RS n.º 3544843).

Investigado: JOAO HENRIQUE SOUSA DUARTE

Local: Vacaria

IC 00924.00025/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria por Luis Augusto Gonçalves Costa - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria com a finalidade de apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no emprego de fogo em vegetação nativa (queimada), atingindo uma área de 4,61 ha (quatro vírgula sessenta e um hectares), em área de preservação (banhado) sem autorização dos órgãos ambientais competentes, fato constatado no dia 15/09/2016, em local sob a responsabilidade da investigada, situada na Localidade denominada Estrada para bom Retiro, interior do município de Muitos Capões (conforme Boletim de Ocorrência BM/RS n.º 3544841)

Investigado: Maria Lucia Roveda do Amarante.

Local do Fato: Muitos Capões.

IC 00929.00046/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Veranópolis por Lucio Flavo Miotto - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis com a finalidade de OBJETO: em tese, irregularidades em rede cloacal

INVESTIGADO: Município de Cotiporã

RECLAMANTE: Natal Três

LOCAL: Av. Independência, Cotiporã, RS.

IC 00929.00047/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Veranópolis por Lucio Flavo Miotto - Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis com a finalidade de Objeto: investigar poluição sonora emitida pelo "Bar do Paco", à noite.

Investigado: Edson D. Siqueira - Me, Nome fantasia: Bar do Paco.

Local: Rua Isidoro Guilherme Dall Agnol, nº 1168, Bairro Sagrado Coração de Jesus, Veranópolis/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de Outubro de 2016.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do Cao de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 01128.00131/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa Dos Direitos Humanos de Porto Alegre por Liliane Dreyer da Silva Pastoriz - 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de Acompanhar evolução da contratação dos serviços de laboratórios de Prótese no Município de Porto Alegre. Investigado: Município de Porto Alegre, Através da Sms. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 01128.00136/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa Dos Direitos Humanos de Porto Alegre por Gisele Müller Monteiro - 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de Averiguar a falta do medicamento Talidomida na Farmácia do Estado. Investigado: Secretaria Estadual da Saúde. Local do Fato: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de Outubro de 2016.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Coordenador do Cao dos Direitos Humanos.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.